

Direitos Humanos

LUIZ WEIS

# O humanismo e o quintal do vizinho

O presidente Fernando Henrique exumou no sábado, em Davos, na Suíça, uma expressão a que os dirigentes da URSS recorriam, com a previsibilidade de um reflexo pavloviano, sempre que uma autoridade ocidental denunciava as violências do regime soviético. Contagiado, quem sabe, pelos ares rarefeitos da autoproclamada neutralidade suíça, FHC considerou



**A defesa do bem-estar das pessoas vale mais do que as suscetibilidades dos governantes**

“uma ingerência em assuntos internos de outros países” o mais recente relatório do Departamento de Estado americano sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Mesmo sem ter lido o documento, segundo disse, deu o assunto por encerrado com um “eu não fico falando sobre o que acontece nos Estados Unidos”. (Aí faz lembrar a história daquele correspondente do *Pravda* em Washington, no auge da guerra fria, que se saía com a seguinte observação, cada vez que ouvia uma pergunta sobre a vida na União Soviética: “E os negros no Alabama?”)

Difícil entender a reação do presidente. Pois, embora o Brasil se deva envergonhar, sim, do seu cadastro em matéria de violações dos direitos humanos — bem como do desonroso lugar que ocupa no ranking mundial de distribuição de renda —, o atual governo teve a primazia de promover a assunto de Estado o secular problema das agressões aos direitos da pessoa. Sob FHC, o Brasil foi o primeiro país a apresentar um Programa Nacional de Direitos Humanos, conforme o compromisso assumido na Conferência de Viena, em 1993. Além disso, Fernando Henrique criou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e fez passar a primeira lei que tipifica, como dizem os advogados, o crime de tortura. Mas a

feridas alheias.

Se é disso que se trata, devagar com o andor. Antes de mais nada, porque os perseguidos pela ditadura militar no Brasil, entre eles o professor Cardoso, contavam com as pressões internacionais, oficiais ou não, ostensivas ou não, para ao menos baixar a voltagem do tratamento dispensado aos adversários do regime nos porões da repressão. Com sua já respeitável rede global de contatos acadêmicos, FHC há de ter feito a sua parte para alimentar tais pressões — ou, como diriam os generais, para “denegrir a imagem do Brasil”. E não consta que ele tenha ficado estomagado quando o presidente Jimmy Carter trouxe ao Brasil sua bandeira de direitos humanos, em 1978, e foi entrevistar-se com dom Paulo Evaristo Arns, além de outras personalidades indigestas aos militares.

Por aquela época, o Congresso dos Estados Unidos aprovava a lei que obriga o Departamento de Estado a preparar todo ano um relatório informando a quantas andam os direitos humanos no mundo. Hoje em dia, como bem sabe Fernando Henrique, esses relatórios costumam espelhar mais fielmente os vaivéns da cultura política americana e o sobe-e-desce dos diferentes grupos de pressão na hierarquia de Washington do que a letra fina da realidade dos paí-

ses avaliados. Quem os redige está mais preocupado em dizer as coisas politicamente corretas para certas parcelas do público local do que em “se ingerir” na vida de terceiros com a intenção de influenciar seus “assuntos internos”. Quando a Casa Branca tem efetivo interesse em mudar comportamentos onde quer que seja, tende a recorrer a instrumentos de pressão um tanto mais contundentes.

É onde entra a proverbial pergunta do jornalista russo sobre os “negros no Alabama”, adaptada às relações internacionais: que credenciais tem Washington para julgar a ficha de qualquer país em matéria de direitos humanos, se, apesar das críticas públicas de Clinton, trata a população a maior ditadura do planeta, a República Popular da China? A questão, porém, é retórica. A flexibilidade moral está para a política externa dos Estados Unidos como a torta de maçã para o paladar americano. Eis uma razão adicional para que um líder lido e vivido como Fernando Henrique não precisasse responder com inesperada dureza à indagação sobre o subitamente mal vindo relatório do Departamento de Estado. Ele poderia, quando lhe aprouvesse, comentar o mérito do que ali está dito, em vez de recorrer a um clichê que rescende a naftalina.

Se, como todo chefe de Estado, FHC tem por obrigação defender a soberania nacional, ele tampouco desconhece que esse conceito está sendo reescrito — para o mal e para o bem — no mundo globalizado. Cada caso é um caso. A batotagem financeira que assombra o planeta é uma nova e maléfica forma de ingerência nos assuntos internos dos países. Na semana passada, Fernando Henrique voltou a insistir na necessidade de um acordo internacional para impedir que o capital especulativo, trafegando sem cessar pelos computadores e satélites de comunicação, derrube moedas, políticas econômicas e, eventualmente, governos. Tra-

ta-se, em outras palavras, de encontrar um ponto de equilíbrio entre a liberdade de movimentos concedida ao dinheiro e a autonomia própria dos Estados, uma das faces da soberania nacional.

No outro extremo — e de um ponto de vista provavelmente compartilhado pelo presidente brasileiro —, os movimentos transnacionais de defesa dos direitos humanos e de preservação do ambiente são novas e desejáveis intromissões na vida dos países. Para a ética política nascida dos horrores da 2ª Guerra, o genocídio dos muçulmanos na Bósnia, as matanças étnicas na África e, agora, o massacre perpetrado pelos fundamentalistas islâmicos na Argélia não são estritos “assuntos internos”. O mesmo se aplica aos danos que um país pode causar à natureza e aos seres vivos, pela singela razão de que, para a biosfera, as fronteiras políticas nada significam. Não é pelo fato de os Estados Unidos serem a nação mais poluidora do mundo que se devem desconsiderar suas advertências, hipócritas, interesseiras ou genuínas, sobre a devastação ambiental alheia. E as pragmáticas preocupações francesas com a estabilidade política da Argélia não desqualificam as tentativas da Comunidade Européia de pôr fim às selvagerias que o governo local aparentemente não consegue controlar.

A televisão e a Internet não permitem ignorar o que se passa no quintal do vizinho, mesmo que se localize no outro lado do mundo. E o humanismo — a derradeira arma da civilização contra a barbárie — autoriza um país a dizer o que, a seu ver, outro faz de errado. Respeitados o direito de resposta, os tratados diplomáticos e os princípios da ação coletiva no plano internacional, a defesa do bem-estar das pessoas vale mais do que as suscetibilidades dos governantes e o poder dos Estados nacionais.

■ Luiz Weis é jornalista  
E-mail: luizweis@uol.com.br